

MANUAL DE
JURISPRUDÊNCIA
COMENTADA DO STF, STJ E TSE

Manual de Jurisprudência Comentada do STF, STJ e TSE

© Org. Igor Pereira Pinheiro. Autores: Ana Carolina Del Picchia Nogueira Gonzalez, Antônio Edilberto Oliveira Lima, Amanda de Carvalho Monteiro, Daniela Brito de Lima, Francini Imene Dias Ibrahin, Igor Pereira Pinheiro, Ricardo Morari Pereira, Vinicius Seco Zoponi
Revisão: Ana Carolina Del Picchia Nogueira Gonzalez, Antônio Edilberto Oliveira Lima, Amanda de Carvalho Monteiro, Daniela Brito de Lima, Francini Imene Dias Ibrahin, Igor Pereira Pinheiro, Ricardo Morari Pereira, Vinicius Seco Zoponi
EDITORA MIZUNO 2022

Catalogação na publicação	
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	
M294	Manual de Jurisprudência Comentada do STF, STJ e TSE / Igor Pereira Pinheiro (Organizador); Ana Carolina Del Picchia Nogueira Gonzalez, Antônio Edilberto Oliveira Lima, Amanda de Carvalho Monteiro, et al. – Leme-SP: Mizuno, 2022. Outros autores Daniela Brito de Lima Francini Imene Dias Ibrahin Igor Pereira Pinheiro Ricardo Morari Pereira Vinicius Seco Zoponi 1019 p.; 17 X 24 cm ISBN 978-65-5526-382-4 1. Direito. 2. Súmulas. 3. Jurisprudência. 4. STF. 5. STJ. 6. TSE. I. Pinheiro, Igor Pereira (Organizador). II. Gonzalez, Ana Carolina Del Picchia Nogueira. III. Lima, Antônio Edilberto Oliveira. IV. Monteiro, Amanda de Carvalho. V. Título. CDD 340
Índice para catálogo sistemático	
I. Direito	

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460
Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210
Fone/Fax: (0XX19) 3571-0420

Visite nosso site: www.editoramizuno.com.br
e-mail: atendimento@editoramizuno.com.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

PARTE I - TEORIA GERAL DO DIREITO JURISPRUDENCIAL E OS PRECEDENTES VINCULANTES DO DIREITO BRASILEIRO	27
Igor Pereira Pinheiro, Vinicius Secco Zoconi	
1 Noções Introdutórias Sobre o Direito	29
2 As bases para um Direito Jurisprudencial	31
3 Mecanismos para a aplicação do Direito Jurisprudencial – Teoria e Prática	52
DIREITO CONSTITUCIONAL	65
Vinicius Secco Zoconi	
SEPARAÇÃO DOS PODERES	
1 Introdução.....	67
DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	
1 Igualdade.....	79
2 Liberdade.....	82
2.1 Liberdades da Pessoa Natural.....	82
2.2 Liberdade de Pensamento	84
2.3 Liberdade de Expressão Coletiva	90
2.4 Liberdade de Profissão	98
3 Intimidade e Privacidade	102
4 Outros Temas	110
REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS	
1 Introdução.....	115
2 Habeas corpus	116
3 Habeas data	117

4 Mandado de Segurança	119
5 Ação Popular	124

CONFLITOS DE COMPETÊNCIA

1 Introdução.....	127
2 Competência legislativa da União	130
3 Competência Legislativa dos Estados.....	132
4 Competência Legislativa dos Municípios	135

ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

1 Introdução.....	143
2 Poder Legislativo.....	143
2.1 Processo Legislativo	148
3 Poder Judiciário.....	153
3.1 Controle de Constitucionalidade	161

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

1 Introdução.....	175
2 Ministério Público	175
3 Defensoria Pública	180

ORDEM SOCIAL

1 Introdução.....	183
2 Saúde	183
3 Assistência Social.....	190
4 Educação.....	194

QUADRO-RESUMO DA JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO CONSTITUCIONAL NO STF E STJ	199
---	------------

DIREITO ADMINISTRATIVO.....	221
Igor Pereira Pinheiro, Amanda de Carvalho Monteiro	

PRINCÍPIOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1.1 Conceito e Reflexos do Descumprimento.....	223
1.2 Os Princípios e a Necessidade de Limites na sua Invocação: Avanços e Retrocessos do Regime Jurídico-Administrativo Brasileiro	224

PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E OS PRECEDENTES RELEVANTES

2.1 Princípio Republicano	227
---------------------------------	-----

2.2 O Princípio do Estado de Direito e o Princípio da Responsabilidade.	230
2.3 Princípio da Responsabilidade e Separação de Poderes.....	243
2.3.1 Princípio da Responsabilidade e Expropriação de Terras.	245
2.3.2 Princípio da Responsabilidade no Contexto da Pandemia COVID-19.	246
2.4 Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.	247
2.5 Princípios da Legalidade e Juridicidade.....	253
2.5.1 Princípio da Autotutela Administrativa.....	268
2.6 Princípio da Impessoalidade e Moralidade Administrativa.....	274
2.7 Princípio da Moralidade Administrativa.....	276
2.7.1 A Vedação ao Nepotismo na Jurisprudência como Decorrente dos Princípios da Impessoalidade e Moralidade.....	278
2.7.2 O Nepotismo e a Nova Lei de Improbidade Administrativa.....	281
2.7.3 Ação Popular como Instrumento para a Proteção da Moralidade Administrativa	286
2.7.4 Inaplicabilidade Automática da Moralidade Administrativa para Incidência de Inelegibilidade.....	286
2.8 Princípio da Publicidade.....	290
2.9 Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa nos Tribunais de Contas.....	293
2.9.1 Princípio da Segurança Jurídica e Tribunais de Contas.....	293
2.10 Princípios do Contraditório e Ampla Defesa no Processo Administrativo.....	294
2.11 Princípio da Igualdade e Remarcação de Provas por Escusa Religiosa	295

PODERES ADMINISTRATIVOS 297

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

3.1 Improbidade Administrativa x Ilegalidade.....	301
3.2 Hipóteses Legais de Improbidade Administrativa no Direito Brasileiro.....	302
3.3 Regime Jurídico do Ato de Improbidade Após a Lei nº 14.230/2021.....	304
3.4 Requisitos do Ato de Improbidade Administrativa Após a Lei nº 14.230/2021.	315
3.5 Aplicação dos Princípios de Direito Administrativo Sancionador e a (Ir)Retroatividade da Lei de Improbidade Administrativa.	317
3.5.1 A Tese da Retroatividade Absoluta.....	318
3.5.2 A Tese da Aplicação Pro Futuro (Retroatividade Vedada A Priori por Força do Princípio da Tutela Mínima Anticorrupção	320
3.5.3 Os Atos Culposos Como Exceção à Regra da Irretroatividade	324
3.6 Precedentes sobre Improbidade no STF e STJ e sua Compatibilidade com a Lei nº 14.230/2021. .	327
3.6.1 Nepotismo.....	327
3.6.2 Aplicação aos Agentes Políticos e Independência das Instâncias.....	328

3.6.3 Princípio da Reparação Integral do Dano, (Im)Prescritibilidade e Legitimidade para Execução	332
3.6.4 Indisponibilidade Patrimonial	339
3.6.5 Dupla Notificação e Recebimento da Petição Inicial.....	342
3.6.6 Prescrição das Sanções.	343
3.6.7 Análise dos Enunciados da Jurisprudência em Teses do STJ (Edições 38 e 40).....	345
QUADRO-RESUMO DA JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO ADMINISTRATIVO NO STF E STJ.....	347
DIREITO ELEITORAL.....	443
Igor Pereira Pinheiro	
DIREITO CIVIL.....	447
Ana Carolina Del Picchia Nogueira Gonzalez, Daniela Brito, Francini Imene Dias Ibrahin	
PARTE GERAL	
1 Das Pessoas	449
1.1 Personalidade	449
1.1.1 Personalidade Jurídica X Personalidade Judiciária.	449
1.2 Nome e Pessoas Transgêneros.....	450
1.3 Direito de Imagem.....	451
1.4 Desconsideração da Personalidade Jurídica.....	452
2 Dos Bens.....	453
2.1 Dos Bens Públicos	453
3 Dos Fatos Jurídicos.....	454
3.1 Dos Negócios Jurídicos.....	454
3.1.1 Prescrição e Decadência	454
3.1.2 Defeitos dos Negócios Jurídicos: Lesão	456
3.1.3 Provas documentais.....	456
4 Do Direito das Obrigações	457
4.1 Das Obrigações.....	457
4.1.1 Juros Moratórios	457
4.1.2 Cláusula Penal	458
4.1.3 Prestação Obrigacional.....	459
4.1.4 Cessão de Crédito	459
4.1.5 Solidariedade Passiva	460
4.1.6 Comissão de Permanência	461
4.1.7 Capitalização de Juros.....	462

5 Teoria Geral dos Contratos	463
5.1 Cláusula Contratual e Abusividade	463
5.2 Princípio da Função Social do Contrato	463
5.3 Princípio da Boa-Fé Objetiva	464
5.4 Vício Redibitório	465
5.5 Teoria do Adimplemento Substancial	466
5.6 Onerosidade Excessiva.....	467
5.7 Contratos em Espécie	467
5.7.1 Contrato de Compra e Venda	467
5.7.2 Contrato de Locação de Coisas.....	468
5.7.2.1 Indenização por Benfeitorias	469
5.7.2.2 Fiança na Locação.....	470
5.7.2.3 Locação em Shopping Center	470
5.7.3 Contrato de Depósito	471
5.7.4 Contrato de Transporte	472
5.7.4.1 Transporte de Pessoas.....	472
5.7.5 Contrato de Seguro.....	474
5.7.5.1 Disposições Gerais sobre Seguro	474
5.7.5.2 Seguro de Dano.....	475
5.7.5.3 Seguro de Pessoas.....	475
5.7.5.4 Seguro Obrigatório de Danos Pessoais.....	478
5.7.6 Contrato de Fiança.....	479
5.7.7 Contrato no Sistema Financeiro de Habitação	479
5.7.8 Contrato de Arrendamento Mercantil	481
5.7.9 Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia	482
5.8 Dos Atos Unilaterais	484
5.9 Do Enriquecimento Sem Causa	484
5.10 Da Responsabilidade Civil	486
5.10.1 Da Responsabilidade Civil das Instituições Financeiras.....	487
5.10.2 Responsabilidade Civil e Internet.....	488
5.10.3 Cálculo da Responsabilidade Civil.....	490
5.10.4 Da Indenização pela Morte de Filho Menor	491
5.10.5 Da Cumulação de Indenizações	491
5.10.6 Dano Moral da Pessoa Jurídica	492
5.10.7 Da Responsabilidade Objetiva do Empregador	493
5.10.8 Da Dosimetria do Dano Moral.....	494
5.10.9 Da Perda de Uma Chance	495

5.10.10 Do Dano Coletivo.....	495
5.10.11 Da Vedação da Compensação de Culpas	497
5.10.12 Imprescritibilidade da Reparação de Danos no Regime Militar	498
6 Do Direito das Coisas.....	499
6.1 Posse	499
6.1.1 Exceptio Proprietatis	499
6.1.2 Desforço Imediato.....	500
6.2 Propriedade	500
6.2.1 Abuso do Direito de Propriedade	501
6.2.2 Artigo 1.228, §§ 4º e 5º, do Código Civil	501
6.2.3 Usucapião	502
6.2.4 Condomínio	508
6.2.4.1 Convenção de Condomínio	508
6.2.4.2 Prazo Prescricional e Condomínio	509
6.2.4.3 Responsabilidade pelos Débitos Condominiais	509
6.2.4.4 Rateio das Contribuições Condominiais	510
6.2.4.5 Uso do Imóvel em Condomínio.....	511
6.3 Servidão	511
6.4 Compromisso de Compra e Venda	512
6.4.1 Adjudicação Compulsória.....	512
6.4.2 Indenização pela Resolução do Contrato	513
6.4.3 Assessoria Técnico-Imobiliária e Comissão de Corretagem.....	514
6.5 Hipoteca	515
6.6 Laje	515
6.7 Enfiteuse	516
7 Direito de Família	516
7.1 Bem de família	516
7.1.1 Possibilidade de Indicar o Imóvel como Garantia em Contrato de Mútuo com Cláusula de Alienação Fiduciária.....	518
7.1.2 Legitimidade da Penhora do Bem de Família Pertencente a Fiador de Contrato de Locação Residencial.....	519
7.1.3 Impenhorabilidade do Bem de Família de Pessoas Solteiras, Separadas e Viúvas ...	521
7.1.4 Legitimidade da Penhora de Vaga de Garagem quando Existir Matrícula Própria.....	522
7.1.5 Bem de Família e Imóvel Alugado. Impenhorabilidade.....	522
7.2 Obrigação Alimentar.....	523
7.2.1 Ação de Alimentos. Mecanismo de Integração Posterior do Polo Passivo.....	524
7.2.2 Prisão Civil por Alimentos. Obrigação Alimentar Avoenga.....	526
7.2.3 Conversão Automática dos Alimentos Gravídicos em Pensão Alimentícia.....	528

7.2.4 Desoneração dos Alimentos Fixados entre Ex-Cônjuges	530
7.2.5 Retroatividade dos Efeitos da Sentença na Obrigação Alimentar	532
7.2.6 Prisão Civil por Dívida Alimentar no Período da Pandemia de Covid-19.	533
7.2.7 Regime de Bens.....	537
7.2.7.1 Partilha no Regime de Separação Obrigatória de Bens, Necessidade de Prova do Esforço Comum.....	539
7.2.7.2 Validade do Contrato de Convivência	541
7.2.7.3 Nulidade da Doação entre Cônjuges Casados no Regime da Comunhão Universal de Bens	543
7.2.8 Cônjuge Sobrevivente e o Direito Real de Habitação	544
7.2.8.1 União Estável e o Reconhecimento do Direito Real de Habitação mesmo diante da Existência de Outros Imóveis	545
7.2.8.2 A Copropriedade Anterior à Abertura da Sucessão Impede o Reconhecimento do Direito Real de Habitação	546
8 Direito das Sucessões	547
8.1 Inaplicabilidade da Reserva da Quarta Parte da Herança em Caso de Filiação Híbrida.....	550
8.2 Na Falta de Descendentes e Ascendentes o Cônjuge ou Companheiro Receberá a Totalidade da Herança.....	553
8.3 Vigência das Cláusulas de Inalienabilidade, Incomunicabilidade e Impenhorabilidade.....	555
8.4 Validade do Testamento Particular que, a despeito de não Ter Sido Assinado de Próprio Punho pela Testadora, Contou com a sua Impressão Digital	557
8.5 Inventário e Partilha	559
8.5.1 É Desnecessário que Herdeiro Traga à Colação o Valor Correspondente ao uso a Título Gratuito de Imóvel que Pertencia ao Autor da Herança	560
8.5.2 Possibilidade de Inventário Extrajudicial mesmo Diante da Existência de Testamento ..	562
8.6 Arrolamento Sumário Desnecessidade de Pagamento do ITCMD como Condição para Expedição do Formal de Partilha	564
8.7 Parentesco	566
8.7.1 Consequência Legal da Averbação de Sentença Proferida em Ação Negatória de Filiação.....	569
8.7.2 Ação Investigatória de Paternidade <i>post mortem</i> - Legitimidade Passiva dos Herdeiros ...	570
8.7.3 Aplicação do Art. 139, IV do CPC em Caso de Recusa Tácita ao Fornecimento de Material Genético pelo Herdeiro e por Terceiros	572
8.7.4 Prazo Prescricional da Ação de Petição de Herança.....	576
8.7.5 A Implantação <i>post mortem</i> de Embriões Depende de Autorização Expressa e Específica Efetivada por Testamento ou Documento Análogo	577
9 Tutela, Curatela e Tomada de Decisão Apoiada	580
9.1 O Rol de Legitimados para a Ação de Levantamento de Curatela, não é Taxativo.....	582
9.2 Dever de Prestar Contas pelo Cônjuge Casado sob o Regime da Comunhão Universal de Bens.....	584

10 Poder Familiar	585
10.1 Guarda Concedida a Terceiros não Implica em Destituição do Poder Familiar	586
10.2 Ação de Exigir Contas Proposta pelo Filho em Desfavor dos Pais.....	587
10.2.1 Adoção Unilateral Socioafetiva e a Diferença de Idade Entre Adotante e Adotando.....	588

QUADRO-RESUMO DA JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO CIVIL NO STF E STJ	819
--	------------

PROCESSO CIVIL.....	711
Ricardo Morari Pereira	

COMPETÊNCIA	
1 Reconhecimento da Incompetência de Ofício pelo Juízo.	713
2 Modificação da Competência pela Conexão.....	714
3 Modificação da Competência pela Continência em Ação Civil Pública.....	714
4 Conflito de Competência entre Órgãos Vinculados ao mesmo Tribunal.	715
5 Conflito de Competência entre Órgãos Vinculados ao mesmo Tribunal (2).....	716
6 Competência da Justiça Federal e Sociedades de Economia Mista Federal	717
7 Competência do Juizado Especial de Fazenda Pública e Ações Acidentárias em Face do INSS.....	718
8 Competência para Analisar Interesse Federal no Feito.	719
9 Competência Causas de Telefonia.....	719
10 Competência da Justiça Estadual e Ensino Privado	720
11 Competência da Justiça Estadual e Serviços Prestados por Profissionais Liberais	721
12 Competência e Especialização de Varas por Regramento Local.....	721
13 Competência Jurisdicional e Arbitragem	722

PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS – RELEMBRANDO O BÁSICO

1 Citação e Interrupção da Prescrição	726
2 Citação e Princípio da Pessoalidade.....	726
3 Capacidade Postulatória e Ausência de Procuração no Recurso Especial	727
4 Interesse de Agir e Interpretação de Cláusula Contratual.....	728

MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

1 Ministério Público e Legitimidade para Tutela de Direitos Coletivos	731
2 Defensoria Pública e Legitimidade para Tutela de Direitos Coletivos.....	732
3 Ministério Público e legitimidade para a defesa do patrimônio público	733
4 Defensoria Pública e Autonomia Financeira.....	734
5 Defensoria Pública e Autonomia Financeira (2)	735
6 Ministério Público e Atuação como <i>Custus Legis</i>	735

7 Ministério Público e Tutela de Criança ou Adolescente.....	736
--	-----

ENCARGOS ECONÔMICOS PROCESSUAIS

1 Custas Judiciais e Limitação da Base de Cálculo.....	738
2 Justiça Gratuita e Pessoa Jurídica.....	739
3 Custas Processuais e INSS	740
4 Fazenda Pública e Adiantamento de Honorários Periciais.....	740
5 Adiantamento dos Honorários Periciais e Ministério Público	741
6 Honorários Advocatícios e Regime de Precatórios	742
7 Honorários Sucumbenciais sobre o Valor da Causa e Correção Monetária	743
8 Honorários Sucumbenciais e Indexação ao Salário Mínimo	743
9 Honorários em Favor do Advogado Dativo.....	744
10 Honorários Advocatícios e Compensação em Caso de Sucumbência Recíproca	745
11 Honorários Advocatícios em Embargos do Devedor e Compensação com Honorários Fixados na Execução.....	746
12 Honorários Devidos pela Fazenda Pública em Execução Individual de Sentença Coletiva	747
13 Honorários Advocatícios e Cumprimento de Sentença	748
14 Honorários Advocatícios e Cumprimento de Sentença (2).....	750
15 Honorários Advocatícios e Necessidade de Fixação pelo Juízo	750

EXECUÇÃO

1 Execução e Cumulação de Títulos.....	754
2 Execução e Carta Precatória.....	754
3 Execução de Quantia Certa contra a Fazenda Pública (1)	755
4 Execução de Quantia Certa contra a Fazenda Pública (2)	756
5 Execução de Título Extrajudicial e Fazenda Pública.....	756
6 Execução e Curadoria Especial	757
7 Execução e Interesse de Ente Federal	759
8 Execução e Recurso contra a Decisão dos Embargos	759
9 Execução e Recurso contra os Embargos à Arrematação.....	760
10 Execução e Depósito de Bem Penhorado.....	761
11 Execução em Face de Instituições Financeiras	761
12 Liquidação de Sentença e Coisa Julgada	762
13 Execução e Penhora de Dinheiro.....	763
14 Execução Fiscal e Pequeno Valor da Dívida.....	764
15 Execução de Cotas Condominiais.....	764
16 Execução e Multa pelo Inadimplemento.....	765
17 Execução e Título Fundado em Ato Normativo Declarado Inconstitucional.....	766

18 Execução e Título Fundado em Ato Normativo Declarado Inconstitucional (2)	768
19 Execução e Fraude	769

RECURSOS

1 Recurso Especial e Análise de Questão de Fato	771
2 Recurso Especial e Divergência Jurisprudencial	773
3 Recurso Especial e Divergência Jurisprudencial (2)	773
4 Recurso Especial e Enunciado de Súmula	774
5 Recurso Especial e Juízo de Admissibilidade	775
6 Agravo Interno em Agravo em Recurso Especial e Dialeiticidade	776
7 Recursos Excepcionais, Devolução de Todos os Fundamentos e Unicidade	777
8 Recurso Especial e Renovação em Razão de Embargos de Declaração	777
9 Recursos Excepcionais E Juizados Especiais	778
10 Recursos Excepcionais e Prequestionamento	779
11 Embargos de Declaração para Fins de Pquestionamento e Multa	781
12 Agravo Regimental para Exaurimento de Instância e Multa	782
13 Embargos Infringentes e Esgotamento de Instância	783
14 Pquestionamento e Voto Vencido	783
15 Recurso Especial e Julgamento do Agravo de Instrumento	784
16 Recursos para o STJ e Preparo	784
17 Preparo e Expediente Bancário	785
18 Preparo e INSS	786
19 Preparo e Conselhos Profissionais	787
20 Recursos para o STJ e Tempestividade	787
21 Interesse Recursal e Sentença Ilíquida	788
22 Agravo de Instrumento e Decisão que Resolve a Liquidação de Sentença	789
23 Agravo de Instrumento e Peças Necessárias	789
24 Agravo de Instrumento e Taxatividade Mitigada das Hipóteses de Cabimento	791
25 Agravo de Instrumento na Recuperação Judicial e Falência	792
26 Publicação da Pauta e Julgamento dos Recursos	793
27 Recursos e Julgamento Monocrático	793
28 Embargos de Divergência e Modificação de Competência	794
29 Embargos de Divergência e Questão já Solucionada pela Corte	795
30 Embargos de Divergência e Decisão sobre Admissibilidade de Recurso Especial	796
31 Embargos de Divergência e Valor da Compensação por Danos Morais	797

REMESSA NECESSÁRIA

1 Remessa Necessária e <i>Reformatio In Peju</i>	800
2 Remessa Necessária e Decisão Monocrática	800

3 Remessa Necessária e Extensão do Efeito Devolutivo	801
4 Remessa Necessária e Embargos Infringentes	801
5 Remessa Necessária e Decisão Iíquida	802

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

1 Ação Monitória e Citação por Edital	803
2 Ação Monitória e Reconvênção	804
3 Ação Monitória e Cheque	804
4 Ação Monitória e Cheque (2)	805
5 Ação Monitória Fundada em Cheque ou Nota Promissória e Prescrição	806
6 Ação Monitória em Face da Fazenda Pública	807
7 Ação Monitória e Alienação Fiduciária em Garantia	808
8 Embargos De Terceiro E Meação Do Cônjuge	808
9 Embargos de Terceiro e Encargos Processuais	809
10 Embargos de Terceiros e Fraude Contra Credores	810
11 Exibição de Documento e Multa Cominatória	811

AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO

1 Mandado de Segurança e Condenação em Honorários Advocatícios	813
2 Mandado de Segurança e Embargos Infringentes	814
3 Mandado de Segurança contra Ato Judicial por Terceiro Interessado	815
4 Mandado de Segurança contra Ato de Juizado Especial	815
5 Mandado de Segurança e Correção da Ilegitimidade Passiva	816

QUADRO-RESUMO DA JURISPRUDÊNCIA PROCESSUAL CIVIL NO STF E STJ	819
--	------------

DIREITO CRIMINAL	833
Antônio Edilberto Oliveira Lima	

PARTE I - DIREITO PENAL PARTE GERAL

1 Princípios	835
1.1 Princípio da insignificância	835
1.2 Aplicação da Lei Penal	837
2 Da Menoridade Penal	838
3 Da Aplicação da Pena	838
3.1 Impossibilidade de Substituição da Pena Privativa de Liberdade por Multa	838
3.2 Fixação da Pena Base	839
3.3 O Reconhecimento da Reincidência Penal e o Risco de <i>bis in idem</i> na Fixação da Pena ...	840
3.4 Reconhecimento dos Maus Antecedentes e da Reincidência	841

3.5 Circunstância Atenuante e a Pena Mínima Abstrata	842
3.6 Reconhecimento da Confissão como Atenuante	843
3.7 Fixação do Regime Prisional.....	844
3.8 Fixação de Regime Prisional Semiaberto ao Apenado Reincidente.....	846
4 Da Prescrição.....	847
4.1 Pronúncia como Causa Interruptiva da Prescrição.....	847
4.2 Prescrição em Caso de Sentença Penal Condenatória Transitada em Julgado para a Acusação	848
4.3 Reincidência e o Prazo para Consumação da Prescrição da Pretensão Punitiva.....	849
4.4 Crimes Falimentares e as Causas Interruptivas da Prescrição	850
4.5 Impossibilidade de Reconhecimento da Prescrição Virtual, Antecipada ou em Perspectiva	851
4.6 Prazo da Suspensão da Prescrição na Hipótese do Artigo 366, do CPP	853
5 Do Perdão Judicial	854

PARTE I - DIREITO PENAL PARTE ESPECIAL

1 Questões Relacionadas ao Crime de Furto	855
1.1 Sistema de Monitoramento Eletrônico e a Configuração do Crime de Furto.....	855
1.2 Furto Qualificado e o Reconhecimento do Privilégio Previsto no §2º, do Artigo 155.....	856
1.3 Furto Qualificado pelo Concurso de Agentes e a Majorante Prevista para o Crime de Roubo.....	858
2 Questões Relacionadas à Configuração do Crime de Roubo.....	859
2.1 Da Consumação do Crime de Roubo	859
2.2 Aplicação da Fração de Aumento na Hipótese de Roubo Qualificado.....	860
2.3 Consumação do Crime de Latrocínio.....	861
3 Do Crime de Extorsão.....	862
4 Do Crime de Estelionato.....	863
4.1 Moeda Grosseiramente Falsificada e a Configuração do Crime de Estelionato.....	863
4.2 Aplicação da Causa de Aumento Prevista no §3º, do Artigo 171, do Código Penal	864
4.3 Falsidade para a Prática de Estelionato e o Princípio da Consunção	864
5 Violação a Direito Autoral	865
6 Estupro de Vulnerável	867
7 Falsa Identidade.....	868

PARTE II - DIREITO PROCESSUAL PENAL

1 Princípios.....	869
1.1 Princípio da Presunção de Inocência e o Uso de Algemas.....	869
1.2 Princípio da Ampla Defesa e o Acesso aos Elementos do Procedimento Investigativo	870
2 Arquivamento do Inquérito Policial	873
3 3. Da Ação Penal.....	874

3.1 Ação Penal nos Crimes contra a Dignidade Sexual.....	874
3.2 Ação Penal em Caso de Crime de Sonegação Fiscal.....	875
3.3 Legitimidade para Ação Penal nos Crimes Contra a Honra de Servidor Público.....	875
3.4 Trancamento da Ação Penal	876
3.5 Continuidade da Ação Penal em Caso de Pagamento de Cheque Emitido sem Provisão de Fundos	877
4 Competência no Processo Penal	878
4.1 Existência de Sentença com Trânsito em Julgado: Inexistência de Conflito	878
4.2 Competência Justiça Estadual x Justiça Federal.....	879
4.2.1 Competência para Processar o Julgar Contravenção Penal contra Bem Jurídico de Interesse da União.....	879
4.2.2 Falsificação e Uso de Documento Falso Relativo a Estabelecimento Particular de Ensino	879
4.2.3 Falsa Anotação em Carteira de Trabalho e Previdência Social Atribuída à Empresa Privada.....	880
4.2.4 Estelionato Praticado Mediante Falsificação de Guias de Recolhimento de Contribuições Previdenciárias	881
4.2.5 Competência em Caso de Uso de Documento Falso	882
4.2.6 Competência: Repasse de Valores da União em Favor dos Municípios	883
4.2.7 Competência em Caso de Crimes Conexos	884
4.2.8 Competência em Caso de Crime Praticado contra Funcionário Público Federal no Exercício das Funções.....	885
4.2.9 Competência em Caso de Falso Testemunho Praticado Perante a Justiça do Trabalho ...	886
4.2.10 Competência em Caso de uso de Passaporte Falso.....	887
4.2.11 Competência em Caso de Contrabando e Descaminho	888
4.2.12 Competência para Apreciar Disputa sobre Direitos Indígenas	889
4.3 Competência da Justiça Estadual x Justiça Militar	889
4.3.1 Competência em Caso de Civil Acusado de Praticar Crime contra as Instituições Militares.....	889
4.3.2 Competência da Justiça Comum Estadual para Processar e Julgar Policial Militar por Crime de Promoção de Facilitação de Fuga de Preso	890
4.3.3 Competência em Caso de Abuso de Autoridade Praticado por Militar	891
4.3.4 Competência em Caso de Acidente de Trânsito Envolvendo Viatura da Polícia Militar	891
4.3.5 Conflito de jurisdição entre Juiz de Direito e Juízo Militar dos Estados.....	892
4.3.6 Competência em Caso de Militar Acusado de Crimes Militar e Comum Praticados em Concurso	892
4.3.7 Crime Praticado por Militar com Arma da Corporação, não Estando de Serviço	893
4.3.8 Competência da Justiça Militar quando o Agente Pratica o Crime em outra Unidade Federativa.....	893

4.4 Competência da Justiça Federal para Processar e Julgar Civil em Crime de Falso Praticado contra a Marinha do Brasil	894
4.5 Competência para Julgar Crime de Estelionato Cometido Mediante Emissão de Cheque sem Provisão de Fundos	894
4.6 Competência para Processar e Julgar Estelionato Praticado Mediante Falsificação de Cheque	896
4.7 Competência por Prerrogativa de Função	897
4.8 Competência Especial por Prerrogativa de Função nos Crimes contra a Honra e a Cessação do Exercício Funcional do Ofendido	897
4.9 Competência: Foro por Prerrogativa de Função e Tribunal do Júri	898
4.10 Crime de Latrocínio e a Competência do Tribunal do Júri	899
5 Prisões e Medidas Cautelares.....	900
5.1 Crimes Hediondos e a Vedação à Liberdade Provisória	900
5.2 Impossibilidade de Condicionar o Recurso do Réu ao Recolhimento da Prisão	901
5.3 Prisão Cautelar e o Excesso de Prazo Apto a Configurar Constrangimento Ilegal	902
5.4 Fiança e o Estado de Liberdade do Indivíduo	905
6 Dos Procedimentos	906
6.1 Resposta Preliminar no Processo de Crimes de Responsabilidade dos Funcionários Públicos	906
6.2 Contagem dos Prazos no Processo Penal.....	907
6.3 Intimação da Defesa no Caso de Expedição de Carta Precatória	908
6.4 Representação do Advogado Atuante em Núcleo de Prática Jurídica	909
6.5 Atuação do Ministério Público na Fase Investigatória Criminal.....	910
6.6 Participação do Ministério Público na Investigação Criminal e Eventual Reconhecimento de Impedimento ou Suspeição	912
6.7 Provimento do Recurso Manejado contra Decisão que Rejeitou a Denúncia.....	913
6.8 Citação do Réu como Litisconsorte Passivo em Caso de Mandado de Segurança Impetrado pelo Ministério Público	913
6.9 Mandado de Segurança para Atribuir Efeito Suspensivo a Recurso Criminal Interposto pelo Ministério Público	914
6.10 Citação do Réu Preso	915
6.11 Execução antecipada da pena e o princípio da presunção de inocência.....	916
7 Dos Recursos no Processo Penal.....	917
7.1 Renúncia do Réu ao Recurso Interposto Apresentada sem Assistência da Defesa Técnica.....	917
7.2 Recurso de Apelação no Procedimento do Júri e a Vinculação aos Fundamentos de sua Interposição.....	918
7.3 Do <i>Habeas Corpus</i>	919
7.3.1 Questões Relacionadas à Competência	919
7.3.1.1 Competência para o Conhecimento do <i>Habeas Corpus</i> Impetrado contra Decisão das Turmas Recursais dos Juizados Especiais	919

7.3.1.2 Habeas corpus Impetrado contra Decisão de Relator de Tribunal Superior que, em Sede de Habeas Corpus, Indeferir Liminar	920
7.3.1.3 Processo de Extradicação e o Conhecimento de Habeas Corpus.....	921
7.3.2 Questões Relacionadas ao Cabimento do Habeas Corpus.....	921
7.3.2.1 Habeas Corpus em Caso de Decisão Condenatória à Pena de Multa.....	921
7.3.2.2 Habeas corpus e a Imposição de Penas de Exclusão de Militar, Perda de Patente e de Função Pública.....	922
7.3.2.3 Pena Privativa de Liberdade Extinta e a Impetração de Habeas Corpus.....	923
7.4 Prazos Recursais.....	923
7.4.1 Prazo para Interposição de Agravo no Processo Penalista.....	923
7.4.2 Prazo para o Assistente do Ministério Público Recorrer Supletivamente	924
8 Suspensão Condicional do Processo.....	925
8.1 Cabimento da Suspensão Condicional do Processo em Caso de Concurso de Crimes	925
8.2 Recusa do Ministério Público em Propor a Suspensão Condicional do Processo em Favor do Réu.....	926
8.3 Desclassificação do Crime e Suspensão Condicional do Processo	927
9 Das Nulidades no Processo Penal	928
9.1 Nulidade Absoluta por Ausência de Defesa	928
9.2 Ausência de Nomeação de Curador Especial ao Réu Menor de 21 anos	929
9.3 Nulidade por Falta de Intimação do Réu para Oferecer Contrarrazões Recursais em Caso de Rejeição da Denúncia.....	930
9.4 Direito de o Réu Constituir novo Defensor após Renúncia do Anterior	930
9.5 Nulidade e Competência Penal por Prevenção	931
9.6 Realização do Exame de Corpo de Delito	932
9.7 Requisitos da Citação por Edital	933
9.8 Reconhecimento de Nulidade não Arguida no Recurso da Acusação.....	933
10 Nulidades no Procedimento do Júri.....	934
10.1 Nulidade da Decisão que Determina o Desaforamento do Processo sem Oitiva da Defesa.....	934
10.2 Nulidade Decorrente da Participação de Jurado que Integrou o Conselho de Sentença no Julgamento Anterior do Réu.....	935
10.3 Nulidade do julgamento, pelo Júri, por Ausência de Quesito Obrigatório.....	936
10.4 Julgamento em Plenário do Júri e as Circunstâncias Agravantes	937

PARTE III - EXECUÇÃO PENAL

1 Princípios da Execução Penal.....	939
1.1 Princípio da Ampla Defesa e o Procedimento Administrativo Disciplinar.....	939
1.2 Transferência do Apenado e o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa	941
1.3 Aplicação da Lei mais Benéfica pelo Juízo da Execução Penal	942
2 Competência do Juízo da Execução Penal.....	943

3 Legitimidade para EXECUTAR a PENA de MULTA.....	943
4 4. Da Falta Grave no Curso da Execução da Pena	945
4.1 4.1. Falta Grave em Razão da Prática de Crime Doloso.....	945
4.2 Progressão de Regime e a Prática de Falta Grave.....	946
4.3 Livramento Condicional e a Prática de Falta Grave.....	947
4.4 Repercussão da Falta Grave no Caso de Indulto e Comutação de Pena	949
5 Da Progressão de Regime	950
5.1 Progressão de Regime e a Falta de Estabelecimento Penal Adequado.....	950
5.2 Progressão de Regime antes do Trânsito em Julgado da Sentença Penal Condenatória ...	951
5.3 Progressão de Regime na Hipótese de o Apenado se Encontrar em “Prisão Especial”.....	952
5.4 Progressão de Regime Prisional nos Crimes Hediondos e Assemelhados antes da Lei 11.464/07	953
5.5 Prazo para Progressão de Regime aos Condenados pelo Crime de Tortura	954
5.6 Inadmissibilidade da progressão de regime <i>per saltum</i>	955
5.7 Pena Unificada e Concessão de Benefícios na Execução Penal.....	956
5.8 Progressão de Regime e a Realização do Exame Criminológico.....	957
5.9 Condições Especiais para o Regime Aberto e a Vedação ao <i>bis in idem</i>	958
6 Do Benefício da Saída Temporária.....	959
7 Da Remição.....	960
8 Do Livramento Condicional	962
9 Da Medida de Segurança.....	962
10 Execução das Penas Restritivas de Direitos.....	963
11 Dos Efeitos Alcançados pelo Indulto	964
12 Do Recurso de Agravo em Execução.....	964

PARTE IV - LEIS PENAIS ESPECIAIS

1 Crimes Cometidos por Prefeitos (Decreto-Lei 201/67).....	967
1.1 Competência para Julgar Crimes Cometidos por Prefeitos	967
1.2 Crimes Cometidos antes da Extinção do Mandato de Prefeito Municipal.....	967
2 Lei das Contravenções Penais: Configuração da Contravenção do Jogo do Bicho	968
3 Estatuto da Criança e do Adolescente: configuração do crime descrito no artigo 244-B.....	969
4 Crime contra a Ordem Tributária: Tipificação de Crime Material	970
5 Estatuto do Desarmamento: <i>Abolitio Criminis</i> Temporária.....	971
6 Lei dos Juizados Especiais: Homologação da Transação Penal e os Efeitos da Coisa Julgada...	972
7 Código de Trânsito Brasileiro	973
7.1 Derrogação do Artigo 32, da LCP, pelo Artigo 309, do CTB.....	973
7.2 Configuração do Crime Descrito no Artigo 310, do CTB.....	974
8 Lei Maria da Penha	975

8.1 Princípio da Insignificância e as Infrações Praticadas no Âmbito das Relações Domésticas	975
8.2 Ação Penal em Caso de Lesão Corporal Praticada no Âmbito das Relações Domésticas	975
8.3 Impossibilidade de Aplicação da Suspensão Condicional do Processo e da Transação Penal no Procedimento da Lei Maria da Penha.....	976
8.4 Impossibilidade de Substituição da Pena no Caso de Infração Penal Envolvendo Violência Doméstica	977
8.5 Configuração da Violência Doméstica Independe da Coabitação entre Autor e Vítima	978
9 Lei de Drogas	979
9.1 Aplicação da Lei 11.343/06 no Tempo	979
9.2 Competência da Justiça Federal para Processar e Julgar o Tráfico de Drogas Internacional	980
9.3 Aplicação da Majorante do Tráfico Interestadual	983
9.4 Atenuante da Confissão no Crime de Tráfico de Drogas	984
10 Lei de licitações: Natureza do Crime de Fraude à Licitação	984
QUADRO-RESUMO DA JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO CRIMINAL NO STF E STJ	987